REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA
VOLUME 20 (2023) PPGE/UNESA. RIO DE JANEIRO.

https://doi.org/10.5935/2238-1279.20230034

O trabalho docente e as experiências dos professores de Ciências dentro da realidade prisional

The teaching work and the experiences of science teachers within the prison reality

La labor docente y las vivencias de los profesores de ciencias dentro de la realidad carcelaria

Joilma Cordeiro Costa
Universidade Estadual de Santa Cruz
joilmacordeirocosta@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1293-4524
.
Elisa Prestes Massena
Universidade Estadual de Santa Cruz
elisapmassena@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7670-0201

RESUMO

Esta pesquisa visa investigar as experiências dos professores de Ciências que exercem o ofício em uma Unidade Prisional, no interior do Nordeste do Brasil. A amostra foi constituída de quatro professores do quadro funcional da Unidade Prisional pesquisada. Os dados foram obtidos por meio de questionários e entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, sendo tratados qualitativamente com base na metodologia de Análise Textual Discursiva. Verifica-se que os professores que trabalham em uma Unidade Prisional exercem um papel fundamental na emancipação humana e, diante das experiências vividas, dificuldades encontradas e descobertas do papel social do professor, podem ocorrer mudanças no pensamento docente em relação às suas percepções da escola no ambiente de privação de liberdade. O estudo nos possibilita refletir a respeito das dificuldades encontradas e dos desafios enfrentados pelo professor no sistema prisional, impelindo-nos a pensar em novas formas para a construção de atividades no contexto da educação em prisões e que se adaptem à realidade prisional.

Palavras-chave: Experiências do trabalho docente. Educação prisional. Ensino de Ciências.

ABSTRACT

This research aims to investigate the experiences of science teachers who work in a Prison Unit, located in the interior of the Northeast of Brazil. The sample consisted of four teachers from the staff of the Prison Unit researched. The data were obtained through questionnaires and individual interviews with a semi-structured script and were treated

qualitatively based on the methodology of Textual Discourse Analysis. It is verified that teachers who work in a Prison Unit play a fundamental role in human emancipation and, in the face of the experiences lived, the difficulties encountered and the discoveries of the social role of the teacher, changes can occur in the teachers' thinking in relation to their perception of school in the environment of deprivation of liberty. The study allows us to reflect on the difficulties encountered and the challenges faced by the teacher in the prison system, prompting us to think of new ways to build activities in the context of prison education that are adapted to the prison reality.

Keywords: Teaching work experiences. Prison education. Teaching of Sciences.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo conocer las experiencias de los profesores de ciencias que trabajan en una Unidad Penitenciaria. La muestra estuvo compuesta por 04 docentes del personal de la Unidad Penitenciaria Investigados. Los datos, obtenidos a través de un cuestionario y entrevista individual semiestructurada, fueron tratados cualitativamente con base en la metodología de Análisis Textual Discursivo. Parece que los profesores que trabajan en una Unidad Penitenciaria juegan un papel fundamental en la emancipación humana. Y dadas las experiencias, las dificultades encontradas y los descubrimientos del rol social del docente, se producen cambios en el pensamiento del docente en relación con sus percepciones de la escuela en el entorno de privación de libertad. Así, es importante evidenciar las dificultades encontradas y los desafíos que enfrenta el docente en el sistema penitenciario, por lo que es necesario pensar en nuevas formas de construir actividades en el contexto de la educación en las cárceles y que se adapten a la realidad carcelaria.

Palabras clave: *Experiencias de trabajo docente. Educación penitenciaria. Enseñanza de las ciencias.*

Introdução

A educação é o fator primordial para o desenvolvimento do indivíduo, a qual acontece ao longo da sua vida. Onofre (2020)[1] salienta que "nós partimos da educação com esse entendimento maior, ou usamos educação escolar ou processo de escolarização como uma prática social" (informação verbal). Então, o acesso à educação é direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade (BRASIL, 1988).

Entretanto, quando se trata de pessoas que cometeram algum crime e foram julgadas a cumprir penas privativas de liberdade, o acesso à educação deve ser garantido pelo Estado (BRASIL, 1996). As ações educativas no contexto prisional precisam estar

[1] Informação fornecida por Onofre durante a Live-Processos de Ensino e Aprendizagem na Educação em prisões, realizada pelo Grupo de pesquisa GEFEP, da UNEB, com o apoio da TV UNEB, 2020.

fundamentadas na legislação educacional que vigora no país e na Lei de Execução Penal, necessitando atender as especificidades dos diferentes níveis e conforme as diversas modalidades de educação e do ensino (BRASIL, 2009).

A educação escolar nos presídios enfrenta, no Brasil, uma situação de invisibilidade (BRASIL, 2010; BERNARDO, 2018; TAVARES et al, 2019). Do ponto de vista formal e administrativo, esta não se constitui em modalidade de ensino específica prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal Nº 9.394, de 20/10/1996 (BRASIL, 1996). Algo que pode levar à interpretação de a educação prisional se inserir na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), afirmada na Seção V do Capítulo II, intitulado Educação Básica, na mesma lei.

No entanto, não é esse o parâmetro norteador que vem ocorrendo, visto que, de um lado, há as históricas restrições à educação de jovens e adultos, e, de outro, há o total descaso por parte das autoridades nacionais responsáveis pela efetivação da garantia ao preso do acesso aos seus direitos e à oportunidade de sua reinclusão na sociedade (GRACIANO; SCHILLING, 2008).

Nesse processo de invisibilidade da educação prisional e da falta de políticas públicas (BERNARDO, 2018; CAMPOS; IRELAND, 2020), o trabalho do professor nesses ambientes se constitui como uma atividade que se vê isolada e sem incentivos, mas de vital importância para garantia de direitos aos que mais precisam. O que se evidencia é a necessidade de mais pesquisas nessa área, sobre o acesso à educação das pessoas que estão em situação de privação de liberdade, especialmente devido à carência de debates, principalmente na área de ensino de Ciências (SILVA, 2020; TAVARES et al, 2019).

É importante destacar o quanto o estudo das ciências pode fundamentar a consciência crítica das pessoas, uma vez que o conhecimento gera poder quando se entende o significado desse conhecimento adquirido em relação ao mundo material, da produção, do trabalho e da sociedade (PIMENTA, 1999). E, no contexto prisional, a escola pode se apresentar como um ambiente paradoxal, pois, em certos momentos, é retratada como um caminho para a humanização e libertação, convivendo ao mesmo tempo em um ambiente com a função de controlar e disciplinar (ONOFRE, 2007; CARVALHO et al, 2021).

Esta pesquisa é parte de uma dissertação de Mestrado[2], em andamento, cujo recorte aqui apresentado tem como foco a percepção de professores de Ciências com

[2] Esta pesquisa teve os aspectos relativos à Ética da Pesquisa envolvendo Seres Humanos aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UESC.

experiência na educação prisional. A investigação foca nos aspectos relacionados ao acesso à educação das pessoas privadas de liberdade que, muitas vezes, é substituído pela prioridade do trabalho, objetivando aspectos relacionados à ressocialização.

Diante desses indicativos, surgiram dúvidas de como os professores desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao ensino de Ciências, no sistema prisional de uma cidade do interior do Nordeste. Sendo assim, o presente estudo tem o objetivo de investigar a realidade do Conjunto Penal em relação ao ensino oferecido aos sujeitos privados de liberdade e à atuação e experiências dos professores de Ciências que exercem o ofício. Assim, busca-se constatar o papel da formação e qualificação dos professores que se destinam a essa prática e as contribuições para o sistema de ensino destinado aos presos do sistema penitenciário de um município no interior do Nordeste, verificando como os docentes desenvolvem a atividade educacional nessa unidade penitenciária.

A educação em Ciências no sistema prisional e a formação de professores

De acordo com Pimenta (1999), poucos se perguntam qual o significado que o conhecimento tem para si próprio. Para a autora,

> [...] poucos já se perguntaram [...] qual o significado desses conhecimentos na sociedade contemporânea; qual a diferença entre conhecimentos e informações; até que ponto conhecimento é poder; qual o papel do conhecimento no mundo do trabalho; qual a relação entre ciência e produção material; entre ciência e produção existencial; entre ciência e sociedade... (PIMENTA, 1999, p. 21).

A educação caminha para o desenvolvimento do indivíduo, e o conteúdo e a forma de ensinar estão diretamente ligados aos processos de aprendizagem e o despertar de uma consciência crítica do indivíduo, partindo de como esses conhecimentos foram passados e com qual finalidade.

Autores como Porlán e Martín (2004), Solís et al (2013) apontam que pesquisas sobre o ensino de Ciências tentaram discorrer sobre as crenças dos professores e sobre um extenso conjunto de temas educacionais, tais como: os processos de aprendizagem, diversas formas de metodologia de ensino, natureza do conhecimento científico, o professor e suas formas de ensinar, capazes de superar tendências tradicionais em relação à formação de professores de Ciências. Pode-se dizer que essas variáveis estão

diretamente relacionadas ao trabalho do professor (RODRÍGUEZ; PEDRAJAS; GRACIA, 2019).

Em relação a área de ensino de Ciências não são identificados muitos estudos, que discutam e analisem pessoas em privação de liberdade (SILVA, 2020; TAVARES et al, 2019), de forma que a possibilidade de se trabalhar com os aspectos/discussões relacionadas ao ensino de Ciências, dentro do sistema prisional, poderá possibilitar que se pense na educação como prática de libertação.

A Ciência, muitas vezes, é concebida como um produto absoluto, acabado, neutro e produzido por um método objetivo infalível (LEDERMAN; LEDERMAN; ANTINK, 2013). É preciso deixar de ter os pré-conceitos formulados do que seja a Ciência e aplicá-la em prol da comunidade e do bem-estar social.

A educação científica poderia ser um meio privilegiado de promover o enriquecimento do conhecimento**.** O ensino de Ciências pode ser visto como um dos meios de resolver problemas relevantes da sociedade. O que ocorre é que, muitas vezes, esses conhecimentos são apresentados no âmbito de uma estrutura de poder dominante que utiliza de mecanismos próprios para o domínio desses conhecimentos.

Essa maneira de promover a educação causa um processo de alienação e submissão pelo qual se supõe que a maioria dos que aprendem são ignorantes, transformando o sentido do conhecimento científico em um conhecimento externo, que apenas agrega valor por sua utilidade para sobreviver com sucesso no sistema, e não por causa de sua melhor capacidade de explicar o mundo, trazendo, assim, uma visão simplificadora, estereotipada e mítica de mundo, típico da cultura da superficialidade dominante (PORLÁN, 2018).

A partir dos anos de 1990, cresceu o discurso de uma educação científica para a cidadania, o que implica conhecer a ciência e avaliar tudo que está envolvido em seu desenvolvimento (ADÚRIZ-BRAVO, 2018). É necessário conhecer alguns conteúdos da Filosofia da Ciência para seguir uma abordagem do desenvolvimento de uma educação científica que prepara para a vida. As pessoas com formação científica precisam entender a validade e o escopo do conhecimento científico e a ciência deve ser compartilhada como uma atividade humana, através de uma reflexão crítica e meta-cientificamente fundamentada sobre a ciência (ADÚRIZ-BRAVO, 2018).

Entende-se com isso que a Ciência está para libertar o sujeito das amarras de uma educação tradicionalmente forjada no intuito de dominação, e pode transformar o mundo

no sentido de trazer melhor qualidade de vida para a população (CHASSOT, 2018). Isso faz com que essa mesma população deixe de ser submissa aos ditames de uma classe dominante, para poder ser parte ativa na construção de uma sociedade melhor para todos (GIROUX, 1986).

Ainda há muito que se aprender para se construir uma educação científica para a cidadania. O conhecimento científico de fato ainda não é realidade nas camadas mais vulneráveis da sociedade. É necessário ainda que a educação se volte para o desenvolvimento de uma educação científica que chegue às populações mais pobres, para que essa população alcance uma visão crítica sobre suas condições na sociedade e o direito a uma melhor qualidade de vida.

Para que a educação se volte para as populações mais pobres é necessário o envolvimento de toda a sociedade, e os professores têm um papel fundamental na promoção de mudanças e no desenvolvimento de uma educação científica crítica e emancipadora. De acordo com Scarfò (2002), citado em Campos e Ireland (2020), essa perspectiva é especialmente relevante no contexto prisional, uma vez que a população carcerária é majoritariamente composta por pessoas historicamente marginalizadas. Nesse sentido, a educação na prisão, seja ela qual for, deve ser ofertada e garantida por constituir-se como direito de todo e qualquer ser humano (CAMPOS; IRELAND, 2020).

A abordagem dos aspectos relacionados à educação nos ambientes prisionais, as experiências da docência nesses ambientes, levando em consideração a carência de estudos e de metodologias utilizadas na área de educação em ambientes de privação de liberdade, são aspectos que devem ser discutidos no intuito de promover uma educação libertadora (BERNARDO, 2018).

Juntamente com os baixos índices de oferta de educação em prisões, somado à resistência de parte da sociedade em relação à oferta de ações educativas para pessoas presas, por considerarem benefício e/ou premiação ao comportamento criminoso, evidencia-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a educação enquanto direito humano (ANDRIOLA, 2012; ALMEIDA; SANTOS, 2016; TAVARES et al, 2019).

Argemir (2019) afirma que as necessidades e os cuidados com as pessoas são universais e alguém deve assumi-los, não existe escolha. No entanto, paira a dúvida em relação à eficácia da prisão em proporcionar transformações na vida dos indivíduos. Observando, principalmente, as condições do cumprimento de pena, a cadeia demonstra uma capacidade limitada de ressocialização, com uma política de execução centrada na

punição, ainda que as condições ideais do seu papel seria punir e reeducar (ANDRADE, 2015).

Contudo, a resistência ao controle nesses ambientes é perceptível. A educação, de forma alguma, permanece neutra nesse processo de sujeição e resistência. Seus pressupostos metodológicos e suas práticas cotidianas podem contribuir para uma sociedade mais democrática, como recurso de preservação e formação dos sujeitos, nos complexos processos de dominação (PORTUGUÊS, 2001).

Isso tudo parece ser muito complicado, principalmente para aqueles preocupados e comprometidos com uma educação digna para todos. A crise é visível e palpável. Ela nos força a questionar se a palavra educação está sendo digna do nome e se está tendo um papel substancial a exercer no enfrentamento a essa situação e na construção de uma sociedade que promova valores menos individualistas, mais sociais e emancipatórios (APPLE, 2017).

De acordo com Alves (2018), nos últimos anos, estudos com foco na formação de professores têm procurado contemplar reflexões sobre o papel do professor na educação científica, no contexto social e político. Novas perspectivas para a formação de professores de Ciências apontam para uma formação humana que considera os elementos que constituem os sujeitos; um processo que possibilite a formação de um profissional que venha a refletir sobre sua própria prática, buscando construir novos caminhos para as demandas da educação na sociedade contemporânea (ALVES, 2018).

Schuelter (2002) ressalta que a relação entre as dimensões da formação profissional e a concretização de trabalhos sociais oferecem aos professores, principalmente àqueles que estão em fase inicial, a aquisição de novos e diversos conhecimentos, enriquecendo seu currículo e a sua formação acadêmica, através de projetos extensionistas, proporcionando ainda uma experiência na área de pesquisa e extensão acadêmica.

Sobre o fazer pedagógico, Talavera (1994) e Almeida (1988) afirmam que é mediante o trabalho de um bom professor, na articulação entre os aspectos pedagógicos e políticos, que as teorias de atuação transformadora da realidade ultrapassam os discursos e se concretizam. Ou seja, é nessas relações pedagógicas de professores e alunos que surge a articulação entre as dimensões política, técnica e humana, e não somente na aplicação incondicional de uma teoria (TALAVERA, 1994; ALMEIDA, 1988).

Nessa perspectiva, a atuação do professor é consequência de uma extensa articulação entre diversos processos que estão presentes em sua trajetória de docência, abrangendo ambientes que vão desde a formação inicial, passando pela formação continuada, incluindo até os aspectos político-sociais e culturais não escolares (PASSOS, 2018).

A importância das experiências nas escolas é destacada por Farias (2008) e Pimenta (1999) pois são decisivas em sua formação de maneira geral, especialmente nos caminhos que o conduziram ao magistério. Isso evidencia que o professor, como qualquer outra pessoa, tem sua história e carrega as marcas concretas de sua existência. Os professores são pessoas que convivem em grupos, imersos em um compartilhamento de culturas e não se preocupam somente com o intelecto, mas com valores e atitudes que derivam dessas relações.

Apesar de ser uma área ainda carente de incentivos na formação inicial e continuada de professores, a Educação Prisional pode ser considerada uma experiência única por trabalhar diante de uma realidade distinta e enriquecedora, tanto no aspecto pessoal quanto profissional. (CARVALHO et al., 2021; VEIGA; VIANA, 2012). Em virtude das poucas informações oficiais documentadas em relação aos sistemas educacionais vigentes nas Unidades Prisionais no Brasil, é muito difícil apresentar dados reais e consolidados dos Estados (BERNARDO, 2018; BRASIL, 2013; TAVARES et al. 2019).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013) apontam estudos realizados das ações de educação implementadas nos sistemas penitenciários, e indicam que as diversas realidades encontradas variam desde a estrutura física até características do corpo docente, propostas pedagógicas e a existência ou não de uma formação continuada ou mesmo uma preparação dos profissionais que atuam nas escolas intramuros (BRASIL, 2013). Por isso, a importância de pesquisas nessa área e a apresentação dos contextos sobre a experiência de educação no cárcere brasileiro.

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada por Bernardo (2018, p. 34) aponta que os professores, quando perguntados sobre ganhos pessoais e profissionais adquiridos quando atuaram como professores numa instituição carcerária,

> (...) ressaltaram o fato de conviverem com realidade tão distinta de outras, e o de se encontrarem uma vez por semana, atuando em uma cadeia. Isso tudo, trouxeram-lhes à luz reflexões sobre uma condição social considerada muitas vezes a mais marginalizada.

As experiências vivenciadas pelos professores na educação prisional nos fazem refletir sobre essa realidade e as condições a que as pessoas estão sujeitas, inclusive os professores que ali lecionam, que não possuem uma formação adequada.

Portanto, deve-se refletir e analisar as experiências docentes nos espaços de privação de liberdade, e, a partir dessa análise, buscar descrever e problematizar as situações vivenciadas pelos professores em suas atividades profissionais no cárcere, contribuindo, dessa forma, para a construção de propostas para a melhoria do sistema educacional em prisões nas diversas localidades do Brasil (DIORIO, 2021).

Metodologia

Esta pesquisa se constitui a partir de uma abordagem qualitativa e esse procedimento, de uma forma geral, pode ser definido como um ânimo duradouro em buscar observações de fatos, pessoas e locais, fazendo reflexões, realizando análises e sínteses para encontrar demonstrações e probabilidades de acontecimentos da natureza e da vida, transformando-as em proveito da humanidade (CHIZZOTTI, 2006).

A investigação ocorreu com professores que lecionam em um Conjunto Penal, situado no interior da Bahia, instituição estadual que atua em cogestão com parceria privada. Neste texto, a intenção é apresentar as experiências e vivências dos professores que atuam no ensino de Ciências.

Destaca-se que não houve acesso aos professores presencialmente durante o desenvolvimento da pesquisa, especialmente por esta ter sido desenvolvida durante a pandemia (2020-2021). O contato com os profissionais ocorreu por meio de comunicação via telefone, e-mail e *Whatsapp*.

Os dados sobre as concepções dos sujeitos da pesquisa foram obtidos entre abril e maio de 2021, inicialmente em forma de questionário, o qual foi usado para uma aproximação. Essa aproximação foi utilizada devido à não possibilidade de realização da pesquisa de forma presencial, por causa da pandemia causada pela Covid-19, e as entrevistas virtuais poderiam ser inicialmente desconfortáveis para os professores.

Após estabelecido o vínculo através do questionário, foi possível a realização de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado com quatro (04) professores que lecionam na Instituição por meio do *Google Meet* e *Whatsapp*, esclarecendo pontos que não foram visualizados nas respostas aos questionários.

Todas as conversas foram gravadas e seu produto verbal foi transcrito e organizado atendendo à norma culta portuguesa. As entrevistas duraram, em média, 30 minutos. Esta pesquisa atende aos preceitos éticos tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Considerando esse aspecto, os professores serão identificados pelos códigos, a saber: P1, P2, P3 e P4.

A minuciosa leitura do roteiro do questionário e da entrevista foi feita com o objetivo de encontrar esclarecimentos entre as manifestações dos professores sobre o sistema de ensino desenvolvido na Unidade Prisional. Inicialmente, tentou-se identificar a natureza de cada manifestação, conferindo uma caracterização a cada fala. Após a leitura de todos os dados coletados, as manifestações foram tratadas por meio de Análise Textual Discursiva (ATD) (MORAES; GALIAZZI, 2011).

Na ATD, a análise dos dados ocorre para o pesquisador concomitantemente com a coleta dos dados, surgindo assim as primeiras ideias de interpretação dos dados colhidos que decorreram da coleta do questionário aplicado aos professores e dos relatos ouvidos decorrente das entrevistas.

A ATD se configura em três etapas. No processo de construção da ATD, na primeira etapa, a unitarização consistiu no processo de leitura e desconstrução dos textos, transformando estes em unidades de significado, que compõem um *corpus* de pesquisa. Nessa produção de unidades de análise, como resultado desse processo de desconstrução, derivadas da interpretação dos textos, e da elaboração de sentidos, esse conjunto fragmentado de unidades de análise estão em total desordem.

A segunda etapa, chamada de categorização, é o momento de estabelecer novas relações entre essas unidades de significado, aproximando os fragmentos que possuem significados com semelhanças entre si, estabelecendo uma relação entre eles, e promovendo uma nova ordem. Nessa etapa, as categorias foram construídas através do método indutivo, ou seja, as categorias emergiram a partir das unidades de análise do corpus.

Na terceira e última etapa, foram criadas três categorias emergentes. A primeira denominada **"O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade"**, a segunda categoria intitulada **"Experiências de professores que atuam em uma instituição carcerária"**, e a terceira **"Segurança, condições de trabalho e possibilidades de utilização do material didático".**

Educação Prisional: O que nos mostra a pesquisa

A pesquisa buscou respostas à pergunta: quem são os professores e como desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao ensino de Ciências no sistema prisional?

Com a análise das categorias, foi possível, nessa última etapa, realizar a interpretação dos dados, permitindo, assim, apreender as condições de trabalho vivenciadas pelos professores de Ciências, e suas experiências sob a ótica da relação conflitante entre o Sistema Penal e o Sistema Educacional. A partir da análise são apresentados alguns dados para que se possibilite pensar novas pesquisas que possam auxiliar na formação continuada de professores.

O perfil e o papel do profissional de educação para privados de liberdade

Nesta categoria, discutiremos o papel do profissional da educação e a perspectiva que se traduz nessa profissão que pode trazer esperança para as pessoas privadas de liberdade. Serão apresentados o perfil do professor que trabalha nesse contexto, como são selecionados para desempenhar tal função e as vantagens e desvantagens de se trabalhar em um ambiente tão desafiador.

Quando se trata de aspectos referentes à escolha dos professores para trabalhar em unidades prisionais e possíveis incentivos a profissionais que atuam nesses ambientes, relacionando às condições de trabalho e à segurança, os professores P2 e P3 afirmam que

> "Em relação ao **perfil do professor** são selecionados os que mais se adaptam, ou se tiver carga horária excedente. Existe uma vantagem em **relação à remuneração**, é pago um valor diferenciado. Deve-se ao fato de o ambiente de sala de aula, às vezes, não se encontrar em estado adequado, com deficiências principalmente na estrutura. É um ambiente perigoso. **O critério é subjetivo**" (P2, grifo nosso).

> "Não são todos que têm a **coragem de encarar**, dar aula no sistema prisional" (P3, grifo nosso)

Percebe-se nas falas dos professores que não há critérios objetivos estabelecidos para a escolha do professor a lecionar no ambiente prisional pesquisado, e sim uma questão de adaptação. A vantagem pecuniária para exercer o ofício na Unidade Prisional não foi evidenciada, se é equivalente ou compensatória, mas se traduz nas questões de insalubridade e periculosidade.

O Parecer CNE/CEB Nº: 4/2010 argumenta que muitos professores que exercem a atividade no ambiente prisional geralmente vão por interesse próprio, ressaltando desde a possibilidade de trabalhar em um horário desejado, até mesmo por questões de proximidade da escola a sua residência (BRASIL, 2010).

Com todas as dificuldades encontradas para exercer o seu papel como profissional de educação dentro do contexto prisional como transformador de realidades, no excerto a seguir, é possível perceber algumas concepções que os entrevistados conservam sobre a docência e o papel do professor no contexto prisional.

> "**O profissional da educação exerce papel fundamental nesse contexto,** pois passa a ser um ponto de esperança para muitos que buscam uma vida melhor" (P2, grifo nosso).

A partir dessa fala, observa-se a crença de que o professor pode fazer a diferença na vida dos estudantes, tanto da Educação Básica em todas as esferas, principalmente na esfera prisional. A docência deve ser vista como aspecto de impacto e relevância social, que pode promover a transformação na vida das pessoas.

Segundo Farias (2008), essas percepções sobre a docência reafirmam o papel do professor como insubstituível em relação ao aluno e o conhecimento, concebendo a educação como um ato político, e a escola como espaço de sujeitos detentores de direitos e a didática como construção importante responsável pela emancipação humana. E é no trabalho, através de suas experiências, que o professor se define como profissional.

A próxima categoria menciona um pouco as experiências vividas dentro de uma instituição de privação de liberdade e as mudanças que estas podem provocar tanto nas relações pessoais e profissionais como na atuação em um contexto tão singular.

Experiências de professores que atuam em uma instituição carcerária

Quando os entrevistados falaram das experiências como professores inseridos em uma instituição carcerária, ressaltamos os fragmentos a seguir:

> "Fazer parte da educação prisional é **altamente qualificador** para o docente. (P2, grifo nosso).
>
> **"A experiência é única** e claro **cheia de desafios** no seu cotidiano pois **esse contexto traz aspectos específicos**, **levando o professor (a) a repensar sua prática** e **exercer um papel importante como agente transformador**." (P2, grifo nosso).
>
> "Com certeza, a **experiência** de trabalhar diante dessa realidade distinta **é enriquecedor tanto no aspecto pessoal quanto profissional**" (P2, grifo nosso).

A entrevistada considera que a atividade no ambiente prisional é qualificadora e uma experiência única, passando pelo enfrentamento de desafios que enriquecem a sua prática e consolida o papel do professor como agente de transformação social.

Percebe-se a compreensão da entrevistada acerca das dificuldades e dos ensinamentos adquiridos no exercício da profissão docente dentro da prisão e sobre suas convicções no tocante ao papel social do professor e da escola, considerando que no ambiente prisional os saberes da docência "foram construídos, primordialmente, em suas experiências docentes na prática e com os seus pares" (CARVALHO et al., 2021, p. 01).

Pimenta (1999) afirma que o ser professor também se faz pela experiência acumulada, pelas mudanças ocorridas na profissão, pelo exercício profissional em diferentes contextos e que os saberes da experiência também se produzem no cotidiano docente, em um processo contínuo de reflexão sobre sua prática.

Diante dessas perspectivas acerca das experiências vividas, dificuldades encontradas e descobertas do papel social do professor, foi percebido a mudança do pensamento do docente em relação às suas percepções da escola no ambiente de privação de liberdade e as transformações que podem proporcionar ao próprio docente, conforme afirmado pelo professor P2,

> "A consequência em minha vida foi a **transformação do olhar** sobre os problemas e a vida dos encarcerados, privados de liberdade" (P3, grifo nosso).
>
> **"Porque o meu olhar era o mesmo que a maioria tem né**, quando você liga os telejornais **você só vê violência, quando fala de presídio**, **fala de forma muito pejorativa**, **...,** então, a sociedade, de uma forma geral, vê todos eles, todos, sem esperança nenhuma de recuperação" (P3, grifo nosso).

> "Lá **temos a oportunidade de conhecer o outro um mundo diferente**, mas que também é **formado por pessoas e que um dia irão retornar para a sociedade"** (P2, grifo nosso).

Percebe-se nessas falas a mudança do olhar do professor em relação àquele contexto, que é sempre traduzido como um local onde impera a violência e o descrédito no ser humano. A sociedade, geralmente, enxerga o ambiente prisional com descrédito e os que estão lá sem esperança nenhuma de recuperação, essa é uma visão também passada pelos meios de comunicação. Mas o professor, a partir do momento que convive com a realidade prisional, ouve as histórias de seres humanos que ainda possuem perspectivas de vida e querem retornar à sociedade.

É no trabalho e nas experiências vividas que o professor se define como profissional, que se transforma e também é agente de transformação (FARIAS, 2008). As diversas dimensões do mundo educacional e dos espaços escolares requerem do docente decisões diferenciadas de natureza pedagógica, política e que mudam seu olhar e sua ação pedagógica perante a comunidade em que atua. Conforme afirmado por Farias (2008),

> É a cultura docente que constitui os professores como um coletivo. Esse patrimônio simbólico compartilhado pelos professores dá sentido à sua ação educativa e traduz um conjunto de crenças e princípios éticos norteadores da ação pedagógica do professor. Exerce, por conseguinte, forte influência na maneira como as interações e a comunicação são constituídas nos **diversos contextos** em que atua como profissional. (FARIAS, 2008, p. 70, grifo nosso).

E essas realidades diferentes também oferecem aos professores desafios a serem enfrentados. As práticas pedagógicas não se modificam bruscamente, nem em curto espaços de tempo. A alteração dessas práticas exige que se rompam com antigos postulados, rotinas e crenças (FARIAS, 2008). Essa exigência torna-se mais aguçada em situações adversas, e no sistema prisional esbarra-se nas questões de segurança, condições de trabalho na instituição carcerária e possibilidades de utilização do material didático que serão discutidos na próxima categoria.

Segurança, condições de trabalho e possibilidades de utilização do material didático

Há de se convir que as práticas pedagógicas no ambiente de privação de liberdade se deparam com peculiaridades relativas às questões de segurança e sistemas de controle característicos de uma Unidade Prisional. Principalmente no que diz respeito ao dia a dia

em sala de aula, alguns acham uma loucura entrar em uma cadeia cheia de bandidos, outros acham superinteressante, um desafio (BERNARDO, 2018). No que diz respeito às percepções em relação à segurança, os professores enxergam a escola no ambiente prisional a partir de suas experiências, conforme o trecho a seguir:

> "[...]tem todo um procedimento de segurança, tem um clima também, **há um desgaste** psicológico**, físico e psicológico**, **nosso anexo aqui fica lá em (nome da cidade), há um deslocamento**, há um desgaste, há vários detalhes que nós **não somos preparados para isso** não, vou ser sincero, **mas nós vamos"** (P3, grifo nosso).

Percebe-se na fala do professor P3 que as situações que envolvem as questões de segurança estão intimamente ligadas às condições de trabalho na instituição carcerária, e descrevem os problemas e os contextos vivenciados por esses profissionais.

Essas condições de trabalho vivenciadas pelos professores em uma instituição de privação de liberdade são um tanto extremas, insalubres e inseguras. O problema é muito complexo e a realidade prisional não é compatível com a lógica de funcionamento da escola, e com a certeza que os professores não são formados para essa realidade (DIORIO, 2021).

Entende-se que tais professores convivem, durante sua atividade laboral, com situações e condições extremas de insalubridade e insegurança. Apesar disso, os docentes continuam e perseveram perante a lógica carcerária. À vista disso, torna-se necessário mudar os sistemas prisional e educacional, garantindo o que é previsto na Lei de Execução Penal e legislações específicas que tratam da educação nos ambientes de privação de liberdade, para que ocorra de fato a promoção do papel social da escola (DIORIO, 2021).

É válido salientar que essa convivência entre duas instituições distintas, instituição prisão e instituição escola, geram as contradições quanto à inserção da educação escolar nas prisões, e, para entender o que acontece no interior das prisões, é preciso estar sintonizado com a contradição (ONOFRE, 2007). As realidades da detenção são multifacetadas, e os complexos pontos de vista são mostrados conforme se vê na fala do professor P3:

> **"Obedecemos naturalmente aos procedimentos de segurança**, o **convívio em sala de aula é tranquilo**, pois a maioria deles se transportam para a época nostálgica em que eram estudantes e **muitos se comportam da mesma forma que os estudantes regulares** das escolas" (P3, grifo nosso).

Enfatizando ainda essa questão e observando as falas dos professores que se seguem, percebe-se um ambiente, muitas vezes, conflitante, mas visto pelo olhar humanizado e de professores que buscam uma educação responsável mesmo em condições adversas onde afirmam que a Unidade Prisional é um

> "**ambiente diferenciado"** (P2, grifo nosso).
>
> **"relativamente tranquilo"** (P3, grifo nosso).
>
> **"Mas com suas peculiaridades** (P2, grifo nosso).

Mas que a segurança

> "**está sempre à prova"** (P2, grifo nosso).
>
> "**No meu primeiro dia de aula, eu estava tremendo"** (P3, grifo nosso).
>
> **"instituição daqui a segurança é contínua e bem tranquila**" (P3, grifo nosso).

A divergência é necessária e se apresenta através dos aspectos significativos da estrutura social da prisão em que a segurança é prioridade diante de diversos outros aspectos, mesmo considerando a unidade pesquisada como um ambiente tranquilo. Nas falas dos professores, percebe-se essas contradições em que ao mesmo tempo impera o medo, mesmo diante de um cenário relativamente tranquilo.

Dessa forma, conforme mencionado por Onofre (2007), concordamos que é preciso desmascarar alguns mitos sobre os riscos de se lidar com a população sentenciada, pois atrás deles estão o ceticismo e a postura elitista de administradores dessas organizações, que, por se constituírem em donos do saber "especializado", desqualificam quaisquer propostas de mudanças.

Embora essas divergências entre os aspectos relacionados à segurança e à prática educativa na instituição pesquisada, verifica-se uma evolução na tentativa de convivência entre a instituição escola e instituição prisão. No entanto, nas unidades prisionais há uma possível hierarquia entre segurança e educação, predominando os procedimentos de segurança.

As normas da Unidade Prisional determinam como será a forma de agir, ou a maneira de fazer educação. De acordo com Tavares et al (2019, p. 100), "O conhecimento das normas do local é a porta de entrada para o acompanhamento e o exercício coerente das atividades a serem exercidas na instituição escolhida". Em muitos casos, as atividades realizadas dependem quase que cotidianamente de consentimentos. O

excesso de zelo em relação à segurança impede consideravelmente a criatividade docente, e muitos sem qualificação adequada utilizam materiais hoje considerados ultrapassados (BRASIL,2013).

Sobre o material didático para o ensino de Ciências na unidade prisional e como avaliavam o material distribuído, os professores entrevistados afirmaram que

> "**é igual aos das escolas fora da Unidade Prisional"** (P2, grifo nosso)
>
> **"bom nível"** (P4, grifo nosso)
>
> "**o material é sim distribuído da melhor forma possível e com a qualidade que também é possível**" (P3, grifo nosso).

No entanto, como já foi discutido, as questões relacionadas à segurança ainda trazem prejuízos a atividade educacional inclusive em relação ao acesso ao material didático para o interno. As regras na prisão são rígidas e têm prioridade diante das atividades educacionais, assim se vê a importância de se pensar novas formas para a construção de atividades no contexto da Educação em Ciências, e que se adaptem à realidade prisional.

Em relação à distribuição dos materiais didáticos, é confirmado o quanto a segurança influencia nesse processo, conforme dito pelos professores P2 e P4:

> "O material didático é utilizado de acordo com o estabelecido, **respeitando as regras do Sistema Penitenciário** a partir das normas de segurança" (P2, grifo nosso).
>
> "**os livros são utilizados durante as aulas, mas os alunos não levam para as celas**" (P4, grifo nosso).

Essa situação leva os professores a concluírem que tais procedimentos influenciam diretamente no ensino causando prejuízo no processo educativo, segundo se vê nos excertos abaixo:

> Quanto ao ensino, claro que seria muito **melhor que os discentes tivessem acesso ao material por mais tempo**, pois normalmente utilizam quando estão na sala de aula (P2, grifo nosso).
>
> Nesse sentido **há um prejuízo e certo retrocesso no processo** devido à essa restrição. Porém, de acordo com a capacidade de cada profissional que se dispõe a estar lá, nós contornamos esses empecilhos e o trabalho é realizado (P3, grifo nosso).

Atualmente a tendência do ensino de Ciências é fazer com que o estudante observe, entenda a Ciência como uma construção histórica, pesquise em numerosas fontes,

desperte a curiosidade, questione, registre para aprender e facilitar o entendimento do mundo (CHASSOT, 2018). Pautado nessa concepção, entende-se que fica difícil, no contexto prisional, no atual modelo existente, proporcionar essa forma de aprendizado aos internos, mesmo com todo o empenho desenvolvido pelo professor para elaboração de material didático que seja compatível com as normas do Sistema Penitenciário e das necessidades dos estudantes.

Destaca-se que muitos dos materiais de sala de aula não são elaborados juntamente com os professores, e se ignora o contexto da sala de aula, os aspectos econômicos sociais e políticos, tendo apenas a função de simplificar a tarefa de ensino e torná-la mais econômica (GIROUX, 1986).

Destarte, trabalhar nessas condições se torna um desafio para o professor de Ciências, conforme afirmado por Tavares et al (2019):

> Um **desafio para quem está lecionando Química** em espaços restritos como o de uma escola inserida no sistema prisional, é a **elaboração de materiais didáticos** que atendam a esse público e que não conflitem com as normas de segurança que envolve uma prisão (TAVARES et al, 2019, p. 102, grifo nosso).

Verifica-se que a área de ensino de Ciências, especialmente no tocante ao ensino da disciplina de Química, enfrenta dificuldades, sendo necessário maiores estudos e incentivos para se trabalhar no contexto prisional. É importante que se trabalhe os aspectos econômicos, sociais e políticos no ensino de Ciências. Além disso, é necessário fornecer materiais didáticos compatíveis com o sistema prisional.

Contudo verifica-se ainda que se constitui um desfio lecionar em um espaço que carece de materiais específicos para o contexto apresentado, que esbarra em barreiras ainda intransponíveis. Conforme Tavares et al (2019), é importante que pesquisadores da educação e do ensino de Ciências tenham um olhar mais apurado sobre a educação da população em situação de risco como os presidiários.

Considerações Finais

A pesquisa buscou respostas às perguntas: a) quem são os professores e como desenvolvem a atividade educacional, especialmente em relação ao ensino de Ciências no sistema prisional? b) E, como essas práticas são desenvolvidas através das experiências vividas pelos professores de Ciências nesse contexto?

Com a análise das categorias, foi possível verificar que não há critérios objetivos de escolha dos professores para lecionar em uma instituição penal, e a vantagem pecuniária se traduz nas questões de insalubridade e periculosidade. E, ainda, pode-se constatar que, conforme o Parecer CNE/CEB Nº 4/2010, os professores exercem a atividade no ambiente prisional por interesses próprios.

Mesmo após essa contextualização do descaso perante os profissionais de educação e sua não valorização dentro do contexto prisional, a atividade docente deve ser vista como aspecto de impacto e relevância social dentro do contexto prisional.

A partir das experiências vividas pelos professores dentro de uma instituição de privação de liberdade, percebe-se que estes perpassam pelo enfrentamento de muitos desafios, o que acaba enriquecendo a sua prática docente e consolidando o seu papel como agente de transformação social. Diante dessas afirmações, concorda-se com Pimenta (1999) e Farias (2008) de que as experiências são também os saberes que se produzem no cotidiano, mudando, assim, suas concepções sobre a profissão e a realidade onde atuam, transformando-se e sendo agentes de transformação.

Contudo, ainda se constitui um desafio lecionar em situações adversas, e, no sistema prisional, esbarra-se nas questões de segurança, condições de trabalho e nas possibilidades de utilização do material didático. As contradições são significativas e se apresentam através dos aspectos da segurança que se deve obedecer e predomina perante a educação, o que prejudica a criatividade docente inclusive em relação ao acesso ao material didático para o interno, principalmente em relação a área de ensino de Ciências, fazendo-se necessário pensar novas formas para a construção de atividades no contexto da educação que se adaptem à realidade prisional (TAVARES et al, 2019).

O problema é muito complexo, somando-se ainda a ausência da conscientização de que a educação prisional não significa um benefício ou privilégio, mas um direito previsto na Lei de Execução Penal (CARVALHO et al, 2021; ALMEIDA; SANTOS, 2016; TAVARES et al, 2019; DIORIO, 2021). Pautado nessas concepções, entende-se que fica difícil no contexto prisional, no atual modelo existente, proporcionar uma forma de aprendizado aos internos tendo apenas a função de simplificar a tarefa de ensino, mas que desenvolva neles a consciência crítica dos aspectos econômicos sociais e políticos.

Com este trabalho, percebemos que se fazem necessárias mais pesquisas que abordem o ensino de Ciências nos espaços de privação de liberdade, e que as Universidades poderiam atuar em parceria com a unidades prisionais. Isso poderia

possibilitar o desenvolvimento de atividades do ensino de Ciências adaptadas ao ambiente prisional e poderia proporcionar aos professores melhores condições de trabalho, formação e qualificação.

Agradecimentos

Aos professores que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Referências

ADÚRIZ-BRAVO, Agustín. S601. Didáctica de la filosofía de la ciencia para profesores de ciencias en formación. **Revista Tecné, Episteme y Didaxis**, n. extra, p.1-6, 2018.

ALMEIDA, Júlio Gomes; DOS SANTOS, Rogério Queiroz. Educação escolar como direito: a escolarização do preso nas legislações penal e educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 3, p. 909-929, 2016.

ALMEIDA, José Luís Vieira de. **A questão pedagógica da educação popular: uma análise da prática educativa da educação popular – décadas de 60 a 80**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

ALVES, Wanderson Farias da Silva. **Saberes docentes na formação inicial de professores de ciências**: (re)pensando práticas educativas por meio da situação de estudo. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Ilhéus, 2018.

ARIZA, Rafael Porlán. Didáctica de las ciencias con conciencia. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**, v. 36, n. 3, p. 5-22, 2018.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação do aprendizado discente: estudo com professores de Escolas Públicas. **Educar em Revista**, p. 141-158, 2012.

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade**. Tradução de Lílian Loman. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BERNARDO, Renata. A Experiência de alunos universitários voluntários em um Projeto de Educação de Jovens e Adultos presos. **Dossiê: Educação de Jovens e Adultos**, v. 28, n. 1, p. 97, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf Acesso em: 20 nov 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução Nº 3, de 11 de março de 2009.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília: Ministério da Justiça. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 2009.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14-12-2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Casa Civil, 1996.

CAMPOS, Aline; IRELAND, Timothy Dennis. Ensino Superior em prisões da América Latina: um diálogo com uma experiência piloto no Tocantins/Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, PPGE/UNESA, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 124-145, 2020.

CARVALHO, Kely Rejane Souza Anjos de; SANTOS, Jocyleia Santana dos; MALDONADO, Daniela Patrícia Ado; JUNIOR, Ciro Ferreira de Carvalho. Ser professor: a docência em uma "cela" de aula. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 53, p. 26-44, 2021.

CHASSOT, Attico Inácio. **Alfabetização científica**: questões e desafios para a educação. Ijuí: Editora Unijuí. 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COMAS- D´ARGEMIR, Dolors. Cuidados y derechos**.** El avance hacia la democratización de los cuidados. **Cuadernos de Antropología Social,** n. 49, p. 13-29, 2019.

DE ANDRADE, Israel Oliveira; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. **O sigilo em bases de dados sob a tutela da administração pública: o caso Ipea**. Texto para Discussão, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25717 Acesso em: 20 nov 2020.

DIORIO, Tatiane Almeida. Condições de Trabalho no Contexto da Educação em Prisões: Percepções de Professores de Ciências no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação e Cultura Contemporânea,** PPGE/UNESA, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 62-83, 2021.

EMÍLIO, Solís Ramirez; DEL POZO, Rosa Martín; RIVERO, Ana; ARIZA, Rafael Porlán. Expectativas y concepciones de los estudiantes del MAES en la especialidad de Ciencias. **Revista Eureka sobre enseñanza y divulgación de las ciencias**, v. 10, p. 496-513, 2013.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. Identidade e fazer docente: aprendendo a ser e estar na profissão. In: **Didática e docência: aprendendo a profissão.** Fortaleza: Líber livros, 2008. Cap. 2.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. Teacher education and the politics of engagement: The case for democratic schooling. **Harvard educational review**, v. 56, n. 3, p. 213-239, 1986.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 25, p.111-132, 2008.

LEDERMAN, Norman G.; LEDERMAN, Judith S.; ANTINK, Allison. Nature of science and scientific inquiry as contexts for the learning of science and achievement of scientific literacy. **International Journal of Education in Mathematics, Science and Technology**, v. 1, n. 3, 2013.

GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Ed.). **Educação escolar entre as grades**. SciELO-EdUFSCar, 2007.

PASSOS, Joana Celia. Professores na Educação de Jovens e Adultos: inserção, precarização e formação continuada. **EccoS–Revista Científica**, n. 47, p. 273-288, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, v. 4, 1999.

PORLÁN, Raphael; DEL POZO, Rosa Martín. The conceptions of in-service and prospective primary school teachers about the teaching and learning of science. **Journal of science teacher education**, v. 15, n. 1, p. 39-62, 2004.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de Adultos e Presos: **Possibilidades de Contradições da Inserção da Educação Escolar nos Programas de Reabilitação do Sistema Penal no Estado de São Paulo.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo 2001.

RODRÍGUEZ, Rocío Serrano; PEDRAJAS, Alfonso Pontes; GRACIA, Elisa Pérez. Beliefs on the teacher professionalism and teaching models in initial teacher education. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1-24, 2019.

SCHUELTER, Cibele Cristiane. Trabalho Voluntário e extensão universitária. **Episteme,** v.9, n. 26/27, p. 217-236, mar./out. 2002.

SILVA, M. R. da. **Práticas educativas no ensino de Ciências da Natureza para alunos em privação em liberdade nas penitenciárias da diretoria de ensino de Araçatuba-SP**. 2020. 65f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidades). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2020.

TALAVERA, João Roberto. **Uma experiência educacional em (sob) Novo Horizonte:** os desencontros dos bem-intencionados "agentes de transformação". Dissertação (Mestrado) – UFMS. Campo Grande, 1994.

TAVARES, Maria Inez; KONICZNA, Iara Rocha; PERES, Larissa Busan Feitosa; MOURA, Paulo Rogério Garcez de. Indícios de saberes docentes de uma futura professora de química que estagia no sistema prisional**. Scientia Naturalis**, Rio Branco, v. 1, n. 2, p. 95-105, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. Formação de professores: um campo de possibilidades inovadoras. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da Silva (Org.). **A escola mudou**: que mude a formação de professores. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p.13-33.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Silvia Iacovacci*

Submetido em 01/03/2022 **Aprovado em 16/02/2023**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)